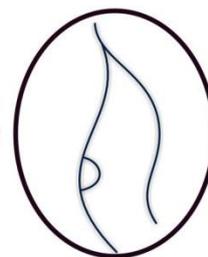




INTERFACE
ISSN 1806-6062



nemad.webnode.com - Interface, Edição número 04, maio de 2012.

Métodos participativos e desenvolvimento rural em reassentamentos involuntários

Valdir Aquino Zitzke¹

Resumo

Este artigo pretende analisar a utilização de métodos participativos no processo de elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Reassentamentos Rurais das famílias atingidas pela usina hidrelétrica do Lajeado, no estado do Tocantins. Partindo da apresentação do surgimento destes métodos nas diferentes áreas do conhecimento, o artigo detalha o processo de construção dos Planos com suas técnicas e atores sociais envolvidos, concluindo que a territorialidade destas famílias não foi considerada com o elemento central nas discussões. O envolvimento de atores sociais com diferentes visões de mundo, objetivos e finalidades, combinada com diferentes perspectivas analíticas e as dinâmicas de grupos no processo de implementação de programas de desenvolvimento rural de forma participativa pôde ser considerado como um processo de aprendizagem no sentido em que os atores iniciam um processo de compreensão dos seus problemas e definem diferentes estratégias para resolvê-los.

Palavras-Chaves: métodos participativos, desenvolvimento rural.

Abstract

The objective of this article is to analyze the use of participative methods in the construction process of the Rural Resettlement Developmental Plans for the families affected by the Lajeado Hydroelectrical Power Plant, in the State of Tocantins. Starting from the point where these methods were presented in the different areas of knowledge, this paper describes, in details, the construction process of those Plans, that is, their techniques and social actors, and concludes that the territoriality of those families were not considered as a central element in the discussions. The involvement of social actors who have different objectives, goals and ideas about the world, combined with different analytical perspectives and group dynamics in the process of implementation of rural developmental programs in a participative fashion, was considered a learning process based on the idea that the actors initiate a process of comprehending their problems and thus define different strategies to solve them.

Key-Words: participative methods, rural development.

¹ Professor Adjunto do Curso de Geografia/Campus de Porto Nacional – Universidade Federal do Tocantins.

1. Apresentação

O presente estudo se propõe a analisar a utilização de métodos participativos na elaboração dos Planos de Desenvolvimento dos Reassentamentos Rurais das famílias atingidas pela UHE do Lajeado, estado do Tocantins. O uso destes métodos foi ao encontro das necessidades dos reassentados de definirem um projeto de desenvolvimento próprio, uma que não estava mais havendo confiança dos mesmos nos técnicos extensionistas do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins – RURALTINS, pois estes não entendiam o processo por que estavam passando os reassentados. Saindo de uma condição de pequeno produtor de vazante, extrativistas vegetais do cerrado e/ou pescadores artesanais, estavam passando por um processo de transformação em pequenos agricultores, o que lhes exigia aprender novos saberes técnicos, um novo saber-fazer diferente àquele a que estavam acostumados.

Este processo está intimamente relacionado a dois outros processos concomitantes, a Desterritorialização e a reterritorialização em novas áreas, distintas às anteriores, o que também lhes exigia o desenvolvimento de novas relações socioambientais. A possibilidade de participação veio dar-lhes voz e visibilidade, expondo suas necessidades e potencialidades, na definição de problemas e busca de soluções dentro de uma proposta de desenvolvimento “deles” e para “eles”.

Assim, este estudo está estruturado em três partes: a primeira apresenta o contexto da territorialização da UHE, considerada por Ribeiro, 1987, como Projeto de Grande Escala e suas conseqüências sociais; a segunda trata do contexto e dos motivos que fizeram surgir os métodos participativos bem como suas abordagens e fundamentos e a terceira apresenta o processo de construção dos planos de desenvolvimento dos reassentamentos a partir da utilização dos métodos participativos e, logo em seguida, as considerações pertinentes.

2. Revisão Bibliográfica

2.1. A dinâmica territorial

Todos os projetos de desenvolvimento regional desencadeiam processos de (re) construção/(re) apropriação do território, o que implica numa nova ordenação territorial. Esta é entendida, neste estudo, de acordo com Dallabrida, 1999, “como a projeção no espaço físico, via ocupação e uso, das políticas, dos interesses, racionalidades e valores econômicos, sociais, culturais e ambientais de uma sociedade referenciada local, regional e mundialmente”.

Para a compreensão do processo apropriação e uso do território, é necessário definir alguns conceitos. Território deriva do latim *terra* e *torium*, significando terra pertencente a alguém. O sentido de pertencer, entretanto, não está vinculado, diretamente, à propriedade da terra, mas, como afirma Corrêa, 1994, a sua apropriação. Este conceito deve estar ligado à idéia de domínio ou de gestão de determinada área, isto é, à idéia de poder, sendo, desta forma, o espaço territorializado, apropriado, seja de forma concreta ou de forma abstrata, por exemplo, pela representação (DALLABRIDA, 1999). O processo de produção do espaço propicia a passagem do espaço ao território na medida em que aquele é transformado e balizado por redes e fluxos que aí se instalam (rodovias, circuitos comerciais e bancários, linhas de transmissão de energia, hidrovias).

O conceito de territorialidade relaciona-se a tudo aquilo que se encontra num território, ou o processo subjetivo de conscientização da população de fazer parte de um território (CORREA, 1994). No momento em que um dado território se expande pelo espaço não ocupado, ou ocorre uma (re) ordenação dos territórios, como, por exemplo, a partir da implantação de um projeto de grande escala, neste estudo, uma usina hidrelétrica, criam-se novas formas de territorialidades que, dialeticamente, provocam novas formas de

desterritorialidades e dão origem a novas territorialidades (ANDRADE, 1994).

O sentido de pertencimento e de identidade regional define a territorialidade regional, que pode levar à transformação do território a partir da adoção coletiva de um projeto de desenvolvimento que apresente uma racionalidade própria, na medida em que os atores regionais possuam uma forte consciência de territorialidade. Neste sentido, Dallabrida (1999), afirma que “como toda a construção da realidade é um instrumento de poder, a (re) ordenação territorial pode ser instrumento de poder tanto para os atores locais do desenvolvimento, como para a dominação do território, quando realizado sem a efetiva participação local”.

A territorialização de um projeto de grande escala, ao mesmo tempo em que amplia a territorialidade, provocam processos mais ou menos radicais de Desterritorialização de populações locais quando é estruturado sem levar em conta a realidade sócio-econômica-cultural e ambiental regional. É um projeto de desenvolvimento regional que leve a Desterritorialização, não provoca desenvolvimento e sim exclusão, e esta é um elemento estranho ao conceito de *desenvolvimento*. A opção por projetos de grande escala, no Brasil, encontra argumentos nas razões da economia de escala.

A perspectiva das desterritorialidades e das reterritorialidades deveria ser o horizonte utópico a ser buscado pelos atingidos pela UHE do Lajeado no momento em que foram envolvidos no programa de remanejamento e reassentamento involuntários neste processo de (re) ordenação do território, de forma a impulsionar o desenvolvimento regional, uma vez que a autonomia constitui a base do desenvolvimento e, desta forma, conquistar o controle territorial.

No passado recente, a forma intervenção na região do Norte Goiano, atual estado do Tocantins, era feita pelo Estado, através do planejamento do estatal via agências regionais de desenvolvimento, como a Superintendência

para o Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Atualmente, as intervenções são feitas pelos projetos de grande escala que, onde se instalam, via seus agentes promotores e executores, assumem o papel de atores de um processo no qual e para o qual os habitantes da região são postulados como objetos passivos (VAINER, 1990), desarticulam o território e instauram novas configurações, redefinindo o uso/apropriação do espaço.

A implantação de empreendimentos como a UHE do Lajeado diminuiu as oportunidades de autonomia dos atores locais e desarticulou a estrutura político-administrativa a partir da instalação do poder maior possuidor de uma nova lógica e estrutura de poder, conformando um território sob a jurisdição do novo empreendimento, que impõe sua lógica setorial, excluindo o local/regional de sua pauta, abstraindo benefícios e socializando custos.

Os PGE's implementados numa região, na maioria das vezes, para Dallabrida (1999), “não nascem do seu processo de desenvolvimento e não expressam as necessidades e aspirações sociais, políticas e econômicas endógenas, além de passar a nutrir-se da região, expropriando riquezas, em troca de alguns poucos empregos, já que adotam tecnologias altamente poupadoras de mão de obra.”.

A inversão desta lógica implica na substituição do enfoque setorial do PGE e reformulações profundas nos processos de mobilização, articulação e tomada de decisões pelos mesmos, de modo que, além da intencionalidade, possam, de fato, ser denominados de *integrado, endógeno, democrático, participativo, sustentável*, ou qualificativos afins.

2.2. Fundamentos dos métodos participativos

A participação dos diferentes atores no processo de planejamento constitui um tema complexo e de grande interesse nos dias atuais. Este tema se refere a um conjunto de teorias,

métodos e técnicas que envolvem de forma interativa os atores no processo de tomada de decisões, podendo interferir na suposta autonomia técnico-científica dos planejadores, colocando em discussão o papel destes peritos. Por outro lado, esta participação, em certos contextos, pode se constituir num elemento ameaçador das práticas habituais de planejamento.

Para Guivant (2002), "o termo participação tem sido usado para justificar a extensão do controle do estado e para construir capacidades locais de auto-desenvolvimento; tem mobilizado para justificar decisões externas e para devolver poder e capacidade decisória às comunidades". Ainda, "participação popular, nos últimos anos, faz parte dos discursos dos diferentes agentes promotores do desenvolvimento que procuram envolver os produtores rurais no processo de planejamento e implementação de programas, práticas agrícolas e tecnologias".

Estudos² apontam que, sob o paradigma da participação popular, surgem dinâmicas conflituosas, principalmente em nível dos processos de decisão governamental e administrativo. Se, de um lado a descentralização abre espaço para a participação popular em escala local, por outro, a mesma descentralização promove o controle social que pode ameaçar as estruturas de poder das instituições nacionais. Importantes pesquisas sobre conhecimento tradicional estão adquirindo reconhecimento em matéria de planejamento e gestão, pois facilitam a obtenção de informações importantes e inovadoras sobre as estratégias de ação para a implantação de programas de desenvolvimento rural (FRACASSO, 2000).

Estudos de diferentes áreas do conhecimento contribuíram para a formulação dos métodos participativos na década de 80. Paulo Freire, com sua obra "Pedagogia do Oprimido" (1968), foi decisivo para a prática e a experiência de conscientização e participação na América Latina, na área de educação de

adultos. A proposta pedagógica de ação-reflexão-ação foi enriquecida pelas experiências da pesquisa participante (Ezpeleta e Rockwell, 1989) e da pesquisa-ação (Carr e Kemmis, 1986). As idéias principais estão baseadas em três pontos básicos: a) a comunidade é capaz de realizar suas próprias investigações, análises e planejamento; b) o "pobre" é capaz de chegar ao empoderamento e, c) os agentes externos podem contribuir como facilitadores.

Outras abordagens e métodos também fizeram a sua contribuição: estudos teóricos e a experiência com a pesquisa sistêmica, como análise dos sistemas agrários, tipologias dos sistemas de produção (Dufumier, M., 1985, 1991), na sistematização de métodos de investigação, compreensão e descrição para a complexidade dos sistemas agrários e agrícolas a partir do trabalho de equipe interdisciplinar (Norman, D, 1975; Shanner, Philipp and Scharnehl, 1982); os conhecimentos da antropologia social através do Diagnóstico Etnográfico (Bentley, 1987), utilizando-se de conversações, observações diretas, entrevistas informais e abertas, histórias de vida, caminhadas sistemáticas com as lideranças locais na área de estudo; o conhecimento da psicologia cognitiva a partir das idéias de Piaget (1975) sobre a evolução e o funcionamento das estruturas cognitivas do sujeito e os estudos posteriores que deram origem ao construtivismo (Ferrero, E, e Theberoski, A., 1984 e Azenha, 1995), onde predomina a idéia de que o conhecimento não é dado em nenhuma instância, como algo acabado mas, ao contrário, se constrói pela interação do indivíduo com o meio físico e social e se constitui pela força da sua ação e não por dotação prévia na constituição hereditária ou do meio.

Por fim, e não menos importante, os estudos teóricos e a utilização do Diagnóstico Rápido Rural (Chambers, 1980) e do seu Diagnóstico Rural Participativo (Chambers, 1983; 1994; 1997), um conjunto de abordagens e métodos que priorizava o conhecimento dos produtores rurais no intuito de evitar mantê-los como o

² Ver referências em Liliana Fracasso, 2000.

último elo de uma cadeia produtiva e de conhecimentos, como geralmente acontece quando a difusão de práticas agrícolas e tecnologias se baseia em parâmetros tradicionais.

Os conhecimentos tradicionais, que são para muitos os mais eficientes e acessíveis e que no campo da participação adquirem cada dia um peso mais relevante, também são questionados. Para a maioria dos peritos se trata de conhecimento não propriamente "científico" e, portanto, menos válido. Mas os conhecimentos locais podem ser contraditórios e nem sempre resultam tão claros como se acredita. Complexas redes ideológicas e práticas sociais podem levar os peritos a representações incorretas da realidade.

Chambers (1994) enumera um número de princípios-chave do DRP: a) uma inversão na aprendizagem: os peritos aprendem com os leigos; b) aprendizagem rápida e progressiva; c) otimização dos equilíbrios entre os custos e os benefícios de investigação; d) cruzamento entre métodos e, e) busca da diversidade. Também listou um número de princípios adicionalmente

ênfatisados pelo DRP: a) facilidade de investigação, análise e aprendizagem dos leigos; b) consciência autocrítica dos investigadores; c) responsabilidade pessoal e, d) compartilhamento de informações e idéias.

Essa proposta participativa foi revista por seus formuladores (Chambers, 1994, 1997) e questionada a partir de outra proposta de participação que interpela o populismo existente na primeira (Long e Ploeg, 1989; Long, 1992; Pretty, 1995; Guivant, 1998). O ponto central das críticas é o não questionamento das relações de poder em função de uma visão ingênua sobre as possibilidades de sua eliminação. O poder é inerente às relações entre os agentes do desenvolvimento e os atores locais e não é algo a ser possuído, acumulado e imposto aos outros de forma não problemática, ou, em outros casos, por atos de boa vontade, ser superado pelos atores envolvidos nos processos de aplicação das estratégias participativas (GUVANT, 1997). O quadro 1, a seguir, apresenta as diferentes abordagens participativas.

Quadro 1: Diferentes Abordagens Participativas

	Abordagem Populista	Abordagem Pós-Populista
PRESSUPOSTOS	<p>Ideal de que existem objetivos, interesses e poder comuns entre agricultores e comunidades</p> <p>Conhecimento como um conjunto uniforme, sistematizado, local, disponível para ser assimilado e incorporado</p>	<p>Há interesses, objetivos, poderes, e acesso a recursos diversos entre atores e redes</p> <p>Conhecimento configurado por vários planos, fragmentário, difuso, resultado de interações descontínuas entre atores (locais e externos) e redes</p>
PROCESSO	<p>As soluções devem resultar de consensos entre produtores e comunidades</p> <p>A intervenção deve ser administrada, as soluções desenhadas e os resultados planejados com o envolvimento dos produtores</p>	<p>Acomodações, negociações e conflitos entre diferentes grupos de interesse</p> <p>Aprendizagem e planejamento com uma implementação dinâmica e adaptativa dos resultados negociáveis; trabalho colaborativo com diálogo, negociação e empoderamento</p>
PAPEL DO AGENTE EXTERNO	Coletor invisível de informações; planejador de intervenções; administrador da implementação e mais recentemente facilitador, mediador, iniciador, catalisador	Facilitador, iniciador, catalisador; ator visível em processo de aprendizagem e ação
PAPEL DO AGENTE INTERNO	Respondente reativo; participante passivo	Pesquisador criativo e analista; participante ativo

FONTE: PRETTY, 1995.

A abordagem populista é identificada como uma versão do populismo agrário, enquanto priorização dos produtores rurais, quando defende que os mesmos devem assumir o papel de atores fundamentais, capazes de definir estratégias e apontar soluções aos problemas identificados, e não apenas como receptores de programas e tecnologias, como aconteceu durante a fase inicial da Revolução Verde.

A abordagem pós-populista reconhece as relações de poder como inevitáveis, o que cria melhores condições para a compreensão da

realidade local, para o processo de negociação e para o empoderamento dos atores. Permite esta abordagem, também, identificar, dentro das comunidades, quem são os beneficiados pelos programas definidos como de desenvolvimento rural participativo.

No processo de empoderamento dos atores locais através de métodos participativos é preciso considerar a existência de diferentes saberes, leigos e peritos. Chambers (1983), neste sentido, lembra que não se trata de considerar um conhecimento mais útil ou válido

em relação ao outro, sendo um verdadeiro e o outro falso, ou um racional e o outro, irracional, mas o importante, segundo ele, seria entender os pressupostos de ambos com a finalidade de criar as situações de negociação. O problema, neste caso, de acordo com Guivant (1997), "é quando se extrapola o argumento para uma idealização do conhecimento popular, como melhor e mais apropriado que o científico para enfrentar os desafios envolvidos nas diversas fases do desenvolvimento rural". Neste sentido, os peritos precisam estar cientes e preparados para tratar com situações que poderão surgir durante a implementação das estratégias participativas, como interferências políticas de caráter clientelista e paternalista, conflitos de poder internos da comunidade, entre outros.

Os métodos participativos, neste sentido, se constituem num processo educativo onde cada ator, individualmente, e todos, no coletivo, aprendem a se posicionar diante dos problemas e a ver a realidade de modo mais crítico na construção e implementação de estratégias de desenvolvimento.

2.3. A construção dos Planos de Desenvolvimento dos Reassentamentos Rurais

A primeira tentativa prática de aplicação de métodos participativos com vistas ao desenvolvimento rural dos reassentamentos foi feita pelos técnicos do Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins, RURALTINS, em maio de 2001. Esta mesma instituição governamental havia sido contratada pelo empreendedor (Convênio INVESTCO/RURALTINS) para implantar o Projeto de Assistência Técnica e Extensão Rural nos Projetos de Reassentamento, visando "propor estratégias de desenvolvimento com vistas a sustentabilidade dos reassentamentos, criados a partir do remanejamento das famílias da área diretamente afetada pela usina hidrelétrica do Lajeado, contemplando os anseios da comunidade de forma a contribuir

para a sua autopromoção". (Minuta do PDR, 2001).

Ao longo da sua prática este agente do desenvolvimento rural, através dos seus técnicos, vinha agindo como "broker", agente de mudanças, que transmitia informações aos membros de um público-alvo, reproduzindo a relação médico-paciente nas relações entre técnico-produtor e as atividades de assistência técnica e de extensão rural eram feitas no nível individual e em nível da propriedade.

As abordagens participativas, quando utilizadas, eram de forma "apressada" e de "cima para baixo", o que não promovia grandes mudanças pela forma como era introduzida e trabalhada. Não havia o entendimento de que, antes de qualquer coisa, estas abordagens exigiam uma mudança pessoal da postura do técnico, "diante" e "com" o produtor.

O RURALTINS elaborou a Minuta do Plano utilizando o Diagnóstico Rural Rápido Participativo/DRRP³, através de ferramentas como o histórico da comunidade, o mapa da comunidade, o calendário das atividades, a identificação dos problemas e das potencialidades e o Diagrama de Venn. Consta a realização de Oficinas de Planejamento Participativo, onde estiveram presentes 96% a 100% das famílias dos diferentes projetos, utilizando o método ZOO, onde os participantes, em grupos, trabalharam as etapas de definições de ações; definições de atividades; período de realizações e responsáveis da comunidade em acompanhar o andamento das atividades. De posse destas informações o Plano foi elaborado pelos técnicos dentro de uma abordagem populista, onde não apareciam os conflitos e os enfrentamentos entre o empreendedor e os reassentados e as relações de poder no interior dos reassentamentos, caracterizando uma visão exógena de desenvolvimento rural.

Muito embora o referido documento⁴ apresente a opção e a utilização de

³ Minuta do Plano de Desenvolvimento dos Projetos de Reassentamentos Rurais, convênio RURALTINS/INVESTCO, 2001.

⁴ Idem.

metodologias participativas, de modo que o plano “refletisse os interesses da comunidade, facilitando sua implementação” (Minuta do PDR, 2001), as entrevistas realizadas com os reassentados apontou o contrário. Os técnicos atuaram de duas formas: como *coletores* invisíveis de informações e conhecimentos dos reassentados, que os tomaram em conjunto e os incorporaram a estratégias de intervenção previamente definidas e como *administradores* da implementação, excluindo os reassentados do processo. E foi, justamente, a não inclusão dos reassentados no processo de elaboração do Plano, reforçado pelo descontentamento crescente em relação aos técnicos da instituição, que não convenceu os reassentados se comprometerem com a proposta de mudanças da realidade, questionando a forma de atuação da instituição e exigindo uma mudança de postura dos seus técnicos.

O RURALTINS, então, contratou a Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural – COOPTER, empresa com experiência de trabalho em reassentamentos no Paraná, como Equipe de Apoio aos trabalhos a serem desenvolvidos nos reassentamentos. Esta, a partir do descontentamento dos reassentados, revê a Minuta do Plano de Desenvolvimento e inicia um trabalho de ampliação das discussões dos temas nele apresentados com os reassentados, com os técnicos do RURALTINS e com o empreendedor.

Primeiramente, foram organizadas comissões responsáveis pelos trabalhos em cada reassentamento, com representantes da INVESTCO, MAB, RURALTINS, Equipe de Apoio/COOPTER e lideranças dos reassentamentos. Em seguida foi realizada uma oficina de capacitação, com a participação de técnicos e lideranças, com o objetivo de preparar os atores para a execução das atividades necessárias à elaboração do Plano de Desenvolvimento. Em cada reassentamento, foram realizados trabalhos de sensibilização sobre o Plano, respondidas todas as dúvidas

existentes e reforçada a importância da participação dos reassentados no processo.

Aproveitando e atualizando os dados da Minuta do PDR, elaborado anteriormente pelos técnicos do RURALTINS, a Equipe de Apoio/COOPTER, utilizou técnicas do DRP para a elaboração do diagnóstico interno, como calendário das atividades dos homens e das mulheres, do Diagrama de Venn, da identificação dos problemas e das potencialidades. De posse destas informações, foi elaborado o Programa de Desenvolvimento Integrado do Reassentamento, que possui nove diretrizes (Produção, Lazer, Educacional, Saúde, Cultura, Infraestrutura, Meio Ambiente, Organização Social) e, dentro de cada diretriz foram construídas as estratégias de ação.

A definição das diretrizes e das ações foi construída com a participação dos reassentados e da Equipe de Apoio. A montagem dos Programas de Desenvolvimento do Reassentamento foi organizada a partir dos seguintes itens: ação, objetivo, tempo de abrangência, responsabilidade, procedimentos, meta, cronograma de execução e tabela de custos e receitas. Em todo este processo, o empreendedor ficou ausente, mas não distante, contratando um consultor independente para realizar um Estudo de Mercado para os reassentamentos.

O Programa de Desenvolvimento Integrado dos Reassentamentos (PDIR), foi apresentado aos diferentes atores envolvidos para discussão e aprovação. Nesta oportunidade, o empreendedor apresenta o Estudo de Mercado através do seu consultor, que foi amplamente questionado e não aceito pelos participantes. A partir da aprovação do PDIR, a Equipe de Apoio constitui Grupos de Trabalhos Temáticos para o detalhamento do Plano de cada reassentamento, com a participação dos reassentados. Neste processo, o empreendedor envia outro consultor como seu representante, que contribuiu de forma positiva para a elaboração dos Termos de Ajustamento de Conduta para cada reassentamento, que foi exigido pelo Ministério Público Estadual como

garantia para fazer cumprir as obrigações do empreendedor junto aos reassentados.

Esta iniciativa da Equipe de Apoio se constituiu na segunda tentativa de envolver os diferentes atores no processo de participação e tomada de decisões, aproximando-se de uma visão pós-populista, uma vez que os diferentes interesses e os objetivos dos atores foram reconhecidos e respeitados no processo, havendo a necessidade de negociações e conflitos entre diferentes grupos de interesse. Esta atividade, baseada no trabalho colaborativo e no diálogo, resultou num processo de empoderamento dos reassentados, caracterizando uma proposta endógena de desenvolvimento rural.

O princípio da endogenização implica numa forte consciência de territorialidade do reassentamento (o que requer certo tempo para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e das relações socioambientais), que leve ao controle do território pelos atores locais, à potencialização dos recursos - humanos, materiais e não-materiais - locais, à preservação da cultura regional, constituindo o âmbito regional num espaço autônomo capaz de pensar a si mesmo, o que resultaria num projeto próprio de desenvolvimento.

Propor um padrão de desenvolvimento sustentável e endógeno é como propor uma nova ordem de coisas: tem-se a enfrentar interesses dos que ganham com o atual padrão de desenvolvimento e requer a construção de uma nova consciência na coletividade regional.

Para Dallabrida (1999), a expressão *endogenização* "pretende qualificar um processo de desenvolvimento germinado no interior da região, que contempla as necessidades e aspirações da coletividade regional e resulta de uma sólida e ativa consciência de territorialidade, o que exige a participação consciente e ativa dos atores sociais locais, na construção de um projeto sócio-econômico-político e cultural próprio". Ao se propor a endogenização do processo de desenvolvimento regional, deve-se ter em mente a necessidade de buscar na região, uma

pauta comum de necessidades e aspirações, ou um consórcio de interesses, pois existem diferenciações internas e contradições. Essa pauta comum - não necessariamente consenso -, é que deve constituir o conjunto de aspirações e interesses da coletividade regional, contemplados num projeto de alavancagem do desenvolvimento.

Assim, é possível definir como um autêntico plano de desenvolvimento regional, aquele que se transforma num processo localizado de mudança social, que tem como finalidade última a melhoria permanente da qualidade de vida da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela, o que exige um crescente movimento de inclusão social, um crescente processo de conscientização ambiental e um crescente sentimento coletivo de pertencimento regional.

3. Considerações Finais

O envolvimento de atores sociais com diferentes visões de mundo, objetivos e finalidades, combinada com diferentes perspectivas analíticas e as dinâmicas de grupos no processo de implementação de programas de desenvolvimento rural de forma participativa pode ser considerado como um processo de aprendizagem no sentido em que os atores iniciam um processo de compreensão dos seus problemas e definem diferentes estratégias para resolvê-los.

A troca de experiência, saberes e vivências entre os reassentados e os técnicos, num processo que também é de negociação, propicia o estabelecimento de compromissos mútuos no sentido de implementar as ações, reflete a intencionalidade da mudança das atitudes tradicionais das relações técnicos e reassentados: de dominadora para construtivista, de fechada para aberta, de individual para grupal, de verbal para visual.

Nesta situação de desenvolvimento rural ainda é preciso certo tempo de negociação para que os reassentados possam chegar à compreensão de si e da mutualidade de seus

interesses: trabalhar com a proposta coletiva, concordar e discordar, argumentar, definir planos e ações comuns e possíveis de se viabilizar, consultar outros técnicos e peritos e se comprometerem com a ação.

A elaboração dos PDR's com a plena participação e integração entre leigos/reassentados e peritos/técnicos, abriu a possibilidade para a conquista da autogestão e conseqüente emancipação dos reassentamentos.

Pessoalmente, acredito que promover o desenvolvimento de um território, como cada reassentamento, tendo por base os princípios da sustentabilidade e da endogenização seja, talvez, a única oportunidade possível de potencializar os recursos – capital humano, capital social e capital natural – locais onde possa se concretizar a oportunidade de libertação dos excluídos.

4. Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. C. *Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local*. In: SANTOS, M; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L.. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- AZENHA, M. da G. **Construtivismo de Piaget a Emília Ferrero**. São Paulo: Ática, 1995.
- BENTLEY, G.C. **Etnicity and practice**. *Comparative studies in society and history*. V. 29, 1987.
- CARR, W. e KEMM, S. **Becoming Critical: education, knowledgement and action research**. Falmer Press, 1986.
- CHAMBERS, R. **Rural development: putting the last first**. Essex: Longman House, 1983.
- CHAMBERS, R. Et all. (eds.) **Farmer first: farmer innovation and agricultural research**. London: Intermediate Technology, 1989.
- CHAMBERS, R. **The origins and practice of participatory Rural Appraisal**. UK, World Development, v.22, n. 7, 1994.
- CHAMBERS, R. *Foreword*. In: SCOONES, I., THOMPSON, J., ed. **Beyond farmer first: rural people's knowledge, agricultural research and extension practice**. Londres: Intermediate Technology, 1994.
- CHAMBERS, R. *Whose reality counts? Putting the first last*. Londres: **Intermediate Technology Publications**, 1997.
- CORRÊA, R. L. *Território e corporação: um exemplo*. In: SANTOS, M; SOUZA, M.A.A.; SILVEIRA, M.L.. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- DALLABRIDA, V. R. *Novos paradigmas para o desenvolvimento regional*. **GeoNotas**: UEM, v. 3, n. 1, 1999.
- DUFUMIER, M. *Système de production et développement dans le tiers monde*. **Les cahiers de la recherche développement**. N. 6, Montpellier, 1985.
- EZPELETA, J. E ROCKWELL, E. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Cortez, 1989.
- FRACASSO, L. *Planificación comunitaria y participación los procesos de decisión: categorías de análisis y argumentos*. **Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. N. 216, 2000.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- GUIVANT, J. S. *Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável*. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. EMBRAPA. v.14, n.3, set/dez 1997.
- GUIVANT, J. S. *A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social*. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. ANPOCS, n.46. 1998.
- GUIVANT, J. S. *Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas*. **Anais do Congresso Mundial da International Sociological Association**. Brisbane, Austrália. Julho, 2002.
- LAW, J. e HASSARD, J. (eds.) **Actor network theory and after**. Londres: Blackwell Publishers, 1999.
- LONG, N.e PLOEG, J. .D. van der. *Demythologizing planned intervention: an actor perspective*. IN: **Sociologia Ruralis**. v. XXIX, 1989.

ZITZKE, Valdir Aquino. (2012).

LONG, N. *From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development*. IN: LONG, N. e LONG, A. (eds.), **Battlefields of knowledge. The interlocking of theory and practice in social research and development**. Londres: Routledge, 1992.

PRETTY, J. **Regenerating Agriculture**. Londres: Earthscan, 1995.

RIBEIRO, G. L. *Cuanto más grande mejor? Proyectos de gran escala: una forma de producción vinculada a la expansión de sistemas económicos*. IN: **Desarrollo Económico**, 105: 1987.

VAINER, C. B. *Grandes projetos e organização territorial: os avatares do planejamento regional*. In: MARGULIS, Sérgio (Editor). **Meio Ambiente: aspectos técnicos e econômicos**. Rio de Janeiro, IPEA: Brasília, IPEA/ PNUD, 1990.